

# **FEZ-SE A TRAMA: O QUE OCORRE QUANDO GÊNERO, CLASSE, RAÇA E SEXUALIDADE SE ENCONTRAM? UM DEBATE SOBRE IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS**

Carla Benitez Martins, professora assistente da UFG e doutoranda em Sociologia UFG.  
carla.benitez.martins@gmail.com

André Lima Sousa, doutorando Geografia UFG.  
sousa.andrelima@gmail.com

## **Introdução**

O artigo reflete acerca da necessidade de se pensar estrategicamente as lutas por identidade nos tempos atuais. Para isso, será debatido a importância de uma leitura da realidade que não parta de análises de particularidades individuais, dos micropoderes atomizados, mas sim da tentativa de compreender o máximo de determinantes que constituem uma totalidade complexa permeada de tantas outras. Ao mesmo tempo, resistimos a uma análise mecanicista e eurocêntrica da totalidade, que concebe homogeneamente as relações sociais (desconsiderando a dualidade capitalismo global-colonial) ou que atribua ênfase a apenas um eixo de poder: o do trabalho, sem que se perceba sua imbricação necessária com outros, como o patriarcado e a desigualdade racial. Sabemos que o modo de produção capitalista é reprodutor de desigualdades, muitas vezes por meio da naturalização de posturas ou características (e anormalização de outras) ou por meio de instrumentos diretos de opressão e repressão de certas identidades. Isso faz com que haja um amoldamento de posturas, saberes e sensações.

A radicalização do sentido de dignidade humana decorre de um processo histórico de resistência. E é importante destacar que foram os trabalhadores, diante de um processo difícil de conscientização de sua identidade de classe por meio da luta organizada, que fortaleceram essa ressignificação da ideia de dignidade. Entretanto, com o aprofundamento do capitalismo, tantas lutas por reconhecimento de identidades foram se fortalecendo e questionando o amoldamento opressor imposto às mulheres, negras e negros, homossexuais, bissexuais, transgêneros etc. Essas traduzem na organização de muitos movimentos sociais com pautas específicas, o que tem gerado dilemas políticos e teóricos, pois se constata uma tendência à fragmentação, perigosa quando se trata de um período de crise estrutural do capital com sinais fortes de recrudescimento das instâncias de poder e de fortalecimento das opressões.

Como o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo altera as formas de exploração do trabalho e opressões? Neste artigo, objetivamos debater a formação das identidades territoriais no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo, bem como a constituição dos novos sujeitos e movimentos sociais de combate às opressões, explicitando os limites metodológicos das teorias culturalistas e economicistas, e apontando a importância e os limites do conceito de consubstancialidade para uma compreensão integrada e totalizante das dimensões do ser social.

## **Transformações no capitalismo e novos movimentos sociais: dilemas acerca das lutas por identidades e os desafios atuais da luta de classes**

Como todo modo de produção em crise profunda, o capitalismo encontra cada vez mais dificuldades para dar respostas, dentro da sua própria lógica de reprodução, ao acúmulo de suas diversas crises, em especial à crise do seu ideal de organização social. Além de uma visível crise econômico-financeira, que emerge pela primeira vez do “coração do sistema” e cujo ano de 2008 pode ser somente um prenúncio de devir, soma-se a essa a crise ecológica, a crise social e a crise que vamos chamar aqui de crise do “projeto moral do capital” - que tem sua expressão maior no projeto de família mononuclear, heterossexual e patriarcal; essas crises colocam em xeque o sistema em uma escala bem maior e, portanto, mais complexa, cuja existência requer cada vez mais uma tomada de postura radical.

Para compreendermos este tempo histórico e seus anúncios, faz-se importante compreender melhor a lente aqui utilizada para a leitura da realidade, que parte de uma concepção de totalidade dialética, descontínua e contraditória, atenta aos processos transitórios.

O sistema de *Marx* é, conforme palavras de *Mészáros*, um sistema em aberto, justamente por ser calcado na materialidade histórica, uma teoria social que fornece ferramentas para que se apreenda essencialmente os fenômenos em sua inter-relação com outros fenômenos e com a “totalidade”<sup>1</sup>:

/.../ é identificar na realidade os complexos elos intermediários dos múltiplos fenômenos sociais, encontrar as leis que governam suas institucionalizações e transformações recíprocas, as leis que determinam sua relativa “fixidez”, bem como suas “modificações dinâmicas”, demonstrar tudo isso na realidade, em todos os níveis e esferas da atividade humana.

Antes de tudo, caberia explicitar que, segundo ensinamento do autor, *capital* transcende o *capitalismo*, sendo o último sua etapa de maior desenvolvimento e ascensão. Esse seria um dos motivos da adequada utilização do termo “ordem sociometabólica do capital”. Dessa forma, o desafio histórico da humanidade é romper essa ordem sociometabólica que tende à desumanização, porém que, sendo tão dinâmica e incontrolável, sua superação sempre foi e hoje, mais do que nunca, é um desafio àqueles que creem na possibilidade de outra forma de relação humana e desta com o ambiente natural.

Quando se afirma que a ordem sociometabólica do capital se sobrepôs a todas as outras devido ao seu caráter eminentemente dinâmico, refere-se ao fato de seu mecanismo de produção superar a escassez e introduzir o excedente produtivo, o que será ainda mais evidente com o incremento capitalista da mais-valia relativa.

Porém, antes que adentremos nas minúcias acerca da maneira como a ordem do capital acumula e se expande, vale destacar uma importante denúncia feita pelos autores pós-coloniais ao reposicionarem o próprio surgimento da modernidade, bem como ao trazerem à luz mais elementos, desde a negação do outro não-europeu, para se pensar as condições de possibilidade de hegemonia global do modo de produção capitalista.

Enrique Dussel<sup>2</sup>, em seu livro “1492: O encobrimento do outro”, desconstrói a ideia da modernidade como um fenômeno europeu, demonstrando como ela só se constroi em relação dialética com o não-europeu. Para o autor, a Europa só se constitui como centro ao encontrar uma periferia. Esse encontro da periferia se faz por meio da violência, desde a primeira, do encontro biológico (trazendo doenças da “civilização”), até um domínio tecnológico (por meio de instrumentos de guerras capazes de provocar etnocídios) e uma dominação **erótica**, pedagógica, cultural, política e econômica. Em outras palavras, o autor demonstra como a Modernidade só se constitui pela formação de seu ego ou da sua subjetividade moderna, que se realiza justamente na negação violenta da subjetividade distinta.

Aníbal Quijano destaca que “un nuevo universo de relaciones intersubjetivas de dominación bajo hegemonía eurocentrada. Ese específico universo es el que será después denominado como la modernidad”<sup>3</sup> e contribui ainda mais para essa abertura da percepção do que garante a hegemonia desta ordem incontrolável do capital, demonstrando como esta tem origem e se mundializa tendo como condição fundante a América.

Este autor demonstra como a invenção da categoria “raça”, apenas possibilitada pela construção de um sistema de valores que buscava naturalizar inferioridades intrínsecas a cores de pele, foi essencial para o enraizamento de um sistema de dominação que garante a consolidação do primeiro sistema global de exploração: o capitalismo.

Para ele, “em torno da nova ideia de raça foram redefinindo-se e reconfigurando-se todas as

---

1 MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 94.

2 DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro*. A origem do mito da modernidade. São Paulo: Vozes, 1993.

3 QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: *Journal of world-systems research*, vi, 2, summer/fall 2000, 342-386, p. 342.

formas e instâncias prévias de dominação, em primeiro lugar entre os sexos”<sup>4</sup>. Assim, foi a dominação social, impulsionada pela opressão racial, que garantiu a consolidação de um modelo de ordem social patriarcal, vertical e autoritário<sup>5</sup>.

Especificamente, o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e de seus respectivos recursos e produtos, de agora em diante não estará só associado a, mas sim dependerá, antes de tudo, da classificação racial, já que o lugar, os papéis e as condutas nas relações sociais, e as imagens, estereótipos e símbolos, com relação a cada indivíduo ou cada grupo, em cada um daqueles âmbitos de existência social, estarão daí em diante incluídos ou vinculados ao lugar de cada um na classificação racial

Esses autores buscam demonstrar como a perspectiva eurocêntrica, mesmo quando se pretendeu dialética, acabou por a-historicizar as estruturas, a partir do momento em que não se reconhece que há, necessariamente, uma articulação estrutural entre elementos específicos e variados historicamente, em regiões e momentos históricos distintos. Deste modo, não seria possível pensar o capitalismo global sem que se enxergue seu aspecto colonial.

Essa ênfase na denúncia de um determinismo eurocêntrico é fundamental para que se possa destrinchar essa estrutura social e, assim, compreender seus sintomas de descontrole ou crise. Não basta insistir nas mesmas receitas revolucionárias e realizar a leitura desta realidade sempre com um único ponto de partida e de chegada: o trabalho alienado<sup>6</sup>.

De ese modo, el movimiento conjunto de esa totalidad, el sentido de su desenvolvimiento, abarca, transciende, en ese sentido específico, a cada uno de sus componentes. Es decir, determinado campo de relaciones sociales se comportan como una totalidad (...) sus movimientos de conjunto no pueden ser, en consecuencia, unilineales, ni unidireccionales, como sería necesariamente el caso de entidades orgánicas o sistemáticas o mecánicas.

Ao se pensar o que garante que o sistema capitalista seja um sistema global de exploração, não resta dúvida que a exploração do trabalho é um dos elementos centrais e essenciais dessa totalidade alienante, mas não suficiente para que se compreenda a força desta ordem social. Para os autores pós-coloniais, os sistemas de dominação racial-sexual e de exploração necessitaram-se reciprocamente para que se erguessem e se hegemonizassem.

as relações entre os novos sistemas de dominação e exploração chegaram a ser virtualmente simétricas e a divisão social do trabalho foi, por um bom tempo, uma expressão da classificação racial da população. Era a cor o que definia o lugar de cada indivíduo ou cada grupo na divisão social do trabalho<sup>7</sup>

Neste momento, faz-se necessário compreender as especificidades desse mecanismo de produção do capital, que resulta ser, ao mesmo tempo, sua força incomparável e sua fraqueza insuperável. Assim, não se pode negar que uma condição indispensável para a existência da “relação-capital” é a sua capacidade de comandar/submeter a força de trabalho e, por consequência, o trabalhador. É essa condição uma das grandes responsáveis pela imposição hegemônica do capital como ordem sociometabólica, ou seja, uma de suas bases fundantes (o capital se origina e se desenvolve desde a alienação do trabalho). Em decorrência dessa condição, esse mecanismo de produção exige a sobreposição do valor de troca ao valor de uso, pois tem como impulso norteador o crescimento econômico e a acumulação em detrimento das necessidades humanas.

Porém, para além dessa constatação fundamental, é preciso que se reconheça os outros eixos de poder igualmente centrais à consolidação da ordem sociometabólica do capital e que, inclusive, garantem maior eficácia em seus mecanismos de exploração, acumulação e expansão.

---

4 Idem. *Dom Quixote e os moinhos da América Latina*. Estudos Avançados, revista do IEA/USP, v.19 (55), 2005. Dossiê América Latina, p.17.

5 Ibidem, p.17.

6 QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Journal of world-systems research, vi, 2, summer/fall 2000, 342-386, p. 351.

7 Idem. *Dom Quixote e os moinhos da América Latina*. Estudos Avançados, revista do IEA/USP, v.19 (55), 2005. Dossiê América Latina, p. 21.

A “relação-capital”, alicerçada na alienação do trabalho e impulsionada pela extração máxima do trabalho excedente do produtor, envolve todas as esferas de reprodução social, de maneira dominadora, em seu círculo auto-expansivo. Para tanto, a função de controle é retirada do “corpo social”, o que significa dizer que se instauram formas de mediação alienadas, resultando numa linha tênue de um controle incontrolável ou, nas palavras de *Mészáros*, um “controle sem controlador”<sup>8</sup>:

É uma forma incontrolável de controle sociometabólico (...) estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (...) que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade.

Assim, o sistema do capital consolida seu controle social por meio do desenvolvimento do que *Mészáros* denomina “mediações de segunda ordem”, que aparentam ser intrínsecas e insubstituíveis, mas que são formas de mediações alienadas que acabam por ser destrutivas das mediações primárias dos homens entre si e deles com a natureza, como, a partir de exemplos do autor, a família nuclear, os meios alienados de produção e suas “personificações”, o dinheiro, o Estado do capital, o trabalho, os objetivos fetichistas da produção, o incontrolável mercado mundial que, articulados estruturalmente, controlam toda a reprodução social de maneira alienante.

Desde este olhar do autor, aproximando-o das perspicazes críticas dos autores pós-coloniais, não nos parece que a exploração do trabalho seja possível sem tais mediações de segunda ordem, nem me parece que haja hierarquia de importância, já que estamos tratando de uma ordem sociometabólica, portanto, de uma totalidade complexa e histórica, composta por muitas outras totalidades determinantes.

Trata-se, portanto, de um círculo de mediações que mutuamente se fortificam e se enraízam (parecendo naturais, primárias, insubstituíveis). O grande desafio para a ruptura dessa eternização das mediações de segunda ordem e, portanto, do sociometabolismo do capital como um todo, é a demonstração de que não são características ontológicas e que, ao contrário do que se possa supor, seu contínuo desenvolvimento tende a destruir qualquer potencial humanizador, desde as relações de trabalho às relações de gênero, passando pela educação, a arte e a ciência servindo e perpetuando a lógica de acumulação do capital.

Desta forma, parece-nos fundamental superar uma visão eurocêntrica das relações sociais, assim como não podemos atomizar os fenômenos e não compreender a complexidade de uma estrutura de poder.

O capitalismo não se ergueria sem a relação colonial imposta na América, calcada na imposição violenta de um sistema de dominação social, fortemente alicerçada na opressão racial.

Não há, pois, modo de não admitir que, contra as propostas teóricas eurocêntricas, o Capital se desenvolveu na Europa não somente associado a, mas antes de tudo fundado nas demais formas de exploração do trabalho e, sobretudo na escravidão ‘negra’, que produz os vegetais preciosos e na servidão ‘índia’, produtora dos metais preciosos”<sup>9</sup>

O capitalismo não se ergueria e muito menos se sustentaria se não fosse a combinação de sistemas de dominação (racial, sexual) e de exploração. Ainda que não tenhamos possibilidade de aprofundar neste trabalho, concordamos com a análise de muitos autores de que vivenciamos uma etapa de acumulação do capital, na qual seus limites absolutos, suas contradições inerentes, não podem mais ser deslocadas, uma etapa que alguns denominam como de *crise estrutural do capital*.

Ademais, esta crise civilizacional não será superada sem a quebra de importantes postulados estruturais do sistema, ou seja, sem uma tomada de postura radical. Entrementes, tais postulados

---

8 MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheiras e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002, p.96.

9 QUIJANO, Aníbal. *Dom Quixote e os moínhos da América Latina*. Estudos Avançados, revista do IEA/USP, v.19 (55), 2005. Dossiê América Latina, p. 22.

não serão abandonados pacificamente. Há, atualmente, por parte do capitalismo, a necessidade de aperfeiçoamento de seus pilares de sustentação: mercado, estado (sobretudo o aparato repressor e o estado penal), e os meios de propagação ideológica.

Historicamente, as grandes transformações pelas quais passou a sociedade - as quebras de paradigmas científicos, as revoluções sociais etc., nunca ocorrem sem grandes embates, sem aumento do conflito, sem guerra, seja ela concreta ou simbólica. A tendência contemporânea aponta para um aumento desses conflitos ao passo em que as novas possibilidades colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo, sobretudo com os novos e mais eficientes meios de transporte, de comunicação e de informação, também fazem aumentar o grau de complexidade na constituição das identidades humanas (ou as torna mais visíveis!) e essa complexidade determina com ele o grau de dificuldade de compreensão de certos fenômenos, ilegíveis a atenções voltadas somente para as suas dinâmicas internas, sem suas múltiplas determinações.

Neste sentido, Nestor Garcia Canclini (2005, p. 16) diz que “a globalização tecnológica passou a interconectar simultaneamente quase todo o planeta e a criar novas diferenças e desigualdades”. Para o autor, tornou-se um dilema-chave das políticas sociais e culturais não só reconhecer as diferenças, mas também corrigir as desigualdades. Com o advento da mundialização do capital, há uma mudança importante, a transformação do que Canclini denomina de *multiculturalidade*: “justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação” passando ao que ele chama de interculturalidade, que remete a “confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas” (p. 17). Sob concepções multiculturais, admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas de respeito mas que frequentemente reforçam a segregação. As implicações da interculturalidade são imprevisíveis, corrosíveis, potencialmente drásticas ou surpreendentes.

### **Eixos de poder: gênero, classe, raça (e sexualidade) como elementos estruturantes da dominação do capital**

No item anterior, demonstrou-se que, neste trabalho, não compartilhamos de análises de particularidades individuais, desde uma perspectiva da compreensão de micropoderes atomizados, mas sim da tentativa de compreender o máximo de determinantes que constituem uma totalidade complexa – permeada de tantas outras totalidades.

Este horizonte nos afasta e nos confronta com as compreensões pós-modernas, bem caracterizada por *Aníbal Quijano* em seguida:

En cambio, en la visión atomística, sea del viejo empirismo o del nuevo postmodernismo, las relaciones sociales no forman campos complejos de relaciones sociales en los que están articulados todos los ámbitos diferenciables de existencia social y en consecuencia de relaciones sociales. Por lo tanto, encontrar explicación y sentido de los fenómenos sociales no es posible, ni necesario. La experiencia contingente, la descripción como representación, serían lo único necesario y legítimo<sup>10</sup>

Ao mesmo tempo, resistimos a uma análise mecanicista e eurocêntrica da totalidade, que conceba homogeneamente as relações sociais (desconsiderando a dualidade capitalismo global-colonial) ou que atribua ênfase a apenas um eixo de poder: o do trabalho, sem que se perceba sua imbricação necessária com outros eixos de poder, como o patriarcado e a desigualdade racial.

Assim, *Quijano* conceitua o que entende como totalidade e muito bem nos representa:

Una totalidad histórico-social es un campo de relaciones sociales estructurado por la articulación heterogénea y discontinua de diversos ámbitos de existencia social, cada uno de ellos a su vez estructurados con elementos históricamente heterogéneos discontinuo en el tiempo, conflictivos. Eso quiere decir que las partes en un campo de relaciones del poder societal no són sólo partes. Lo son respecto del conjunto del campo, de la totalidad que éste constituye. En consecuencia, se mueven en general dentro de la orientación general del

---

10 QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: *Journal of world-systems research*, vi, 2, summer/fall 2000, 342-386, p. 353.

conjunto. Pero no lo son en su relación separada con cada una de las otras. Y sobre todo cada una de ellas es una unidad total en su propia configuración, porque igualmente tiene una constitución históricamente heterogénea. Cada elemento de una totalidad histórica es una particularidad, incluso, eventualmente, una singularidad. Todos ellos se mueven dentro de la tendencia general del conjunto, pero tienen o pueden tener una autonomía relativa y que puede ser, o llegar a ser, eventualmente, conflictiva con la del conjunto<sup>11</sup>

Dito isto, sabemos também que o modo de produção capitalista é reproduzidor e criador de desigualdades, muitas vezes por meio da naturalização de posturas ou características (e conseqüente anormalização de outras) ou por meio de instrumentos mais diretos de opressão e repressão de certas identidades. Isso faz com que haja um amoldamento de posturas, saberes e sensações. *Bartolomé Ruiz* diferencia a própria ideia de sujeito (aquele que constroi sua identidade) ou indivíduo (aquela cuja identidade foi moldada de acordo com os interesses de perpetuação de uma dada realidade social), demonstrando o enfrentamento necessário para que se exerça uma práxis autônoma e libertadora na vida.

o controle da produção das identidades possibilita a estruturação dos modos de sujeição dos indivíduos aos imperativos do sistema. A sujeição (voluntária) dos indivíduos permite o encobrimento dos mecanismos do poder, na medida em que se aceitam como formas naturais de inserção social<sup>12</sup>

Desta forma, se é possível que se afirme certa ruptura na sociedade burguesa com relação ao reconhecimento de identidadeS, por romper com a naturalização (advindos de aspectos genéticos – herança – de uma parcela minoritária superior às demais) de direitos a um grupo ínfimo na ordem social que a antecede, a ideia de dignidade, em contraposição à de honra, não possuía inicialmente pretensões universalistas, mas tão somente a possibilidade de romper com os elementos ideológicos que impediam sua hegemonia como classe. Por isso, *Bartolomé Ruiz* aponta que a concepção de dignidade estava muito atrelada à de propriedade, o que, inclusive, garantia a legitimação da escravidão e que, após sua abolição, continuou a se reproduzir sob diferentes disfarces, como a justificação de guerras pela busca da paz e da expansão democrática.

essa restrição identitária da dignidade possibilitava associar a pessoa do negro a uma mercadoria. A mercadoria era considerada um direito natural. Ela era parte constitutiva da dignidade do cidadão burguês (...). Deste modo, através das lutas sociais abolicionistas, o simbolismo da dignidade sofreu uma primeira desconstrução ou alargamento, possibilitando à raça negra a produção de novas identidades e práticas de sujeitos livres, o que deu início a seu inconcluso processo de ‘inclusão social’<sup>13</sup>.

Desta maneira, a radicalização do sentido de dignidade humana decorre de um processo histórico de resistência. E se faz fundamental destacar que foram as lutas dos trabalhadores, decorrentes de um processo difícil de conscientização de sua identidade de classe por meio da luta organizada, que fortaleceu essa ressignificação da ideia de dignidade.

Ocorre que, com o aprofundamento do modo de produção capitalista, tantas lutas por reconhecimento de identidades foram se fortalecendo e questionando o amoldamento opressor de identidades imposto às mulheres, negras e negros, homossexuais, bissexuais, transexuais e travestis, dentre outras minorias.

Essas lutas se traduzem na organização de muitos movimentos sociais com pautas específicas, o que tem gerado dilemas teóricos e políticos, pois se constata uma tendência a fragmentação das lutas, perigosa quando se trata de um momento histórico de crise estrutural do capital, com sinais fortes de recrudescimento das instâncias de poder e de fortalecimento das opressões.

---

11 Ibidem, p. 354.

12 RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis*. In: **Alteridade e multiculturalismo**/Org. Antônio Sidekum. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p.123.

13 RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis*. In: **Alteridade e multiculturalismo**/Org. Antônio Sidekum. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p.140.

Neste artigo pretendemos apenas levantar os principais dilemas sobre esse cenário, bem como apontar as leituras e compreensões, para nós, mais acertadas. O primeiro ponto é constatar que a luta de classes não tem conseguido ser o centro irradiador das demais lutas. Um caminho para compreender esse cenário é a convicção de que as demais lutas são secundárias, menos importantes, meramente culturais. Porém, não compartilhamos desse entendimento.

É notável que a identidade de classe não explica nem esgota toda a complexidade social. Esta constatação, somada a uma neoliberalização das vidas, que desfaz laços sociais, enfraquece movimentos sociais e que fortalece o mito da meritocracia baseada em um individualismo exacerbado e suficiente para a sobrevivência nesta ordem competitiva, leva-nos a uma percepção da fragmentação das lutas (e das “novas” lutas) como um reflexo deste momento histórico e uma boa estratégia deste sistema.

os mecanismos de poder próprios das sociedades contemporâneas procuram modelar atores sociais e evitam criar sujeitos históricos. Para tal objetivo investem pesadamente na fragmentação das identidades e no domínio do universo simbólico como meio para controlar a produção das identidades e deter o direcionamento das práticas sociais<sup>14</sup>

Além disso, mais do que esbravejar a fragmentação como um problema derivado das novas lutas por identidade, talvez valha a pena o exercício contrário, de se questionar o porquê que a luta classista não tem conseguido aglutinar plenamente outras lutas. *Judith Butler*, em um seu texto impaciente, lança essa provocação<sup>15</sup>:

Y cómo actúa la nueva ortodoxia de la izquierda hombro con hombro con un conservadurismo social y sexual que aspira a relegar a un papel secundario las cuestiones relacionadas con la raza y la sexualidad frente del auténtico asunto de la política, produciendo una nueva y extraña combinación política de marxismos neoconservadores?

Frente a tal provocação, *Butler* conclui: “¿han tenido realmente en cuenta en algún momento las razones históricas de su emergencia? (...) los defensores del bien común no han sido capaces de interpretar la historia que ha dado lugar a este conflicto?”.

Com isso, a autora convoca a autocrítica dos movimentos classistas, ponderando se não teria havido um ocultamento na pretensa universalidade da luta, indagando se a luta dos trabalhadores reivindicou tanto, historicamente, uma universalidade que teria sido capaz de oprimir identidades.

Por fim, um importante elemento a ser ponderado é se de fato tais lutas por identidade se esgotariam em bandeiras culturalistas, incapazes de tocar nos elementos centrais fundantes desta estrutura social desigual.

Contrariamente ao que *Nancy Fraser*<sup>16</sup> defende, apesar de valorizar e compreender suas imensas contribuições, não nos parece o mais acertado dividir as lutas entre lutas por reconhecimento e por redistribuição, até porque esta divisão entre o cultural e o econômico é muito tênue e tende a minimizar a complexidade dos fenômenos sociais. A autora afirma que certas lutas são ambivalentes, como a luta das mulheres e de negras e negros, por serem econômicas/estruturais e culturais, o que levaria a uma contradição entre a afirmação de suas especificidades e a luta por abolir tais diferenças. Em contraposição, outras lutas seriam eminentemente culturais, por reconhecimento, e destaca as lutas que envolvem questões de sexualidade. *Judith Butler* discorda desta classificação, demonstrando como o exercício da sexualidade que afronte os impostos padrões de normalidade coloca em xeque o modelo familiar monogâmico e heteronormativo essencial para a manutenção desta ordem, portanto, atinge o âmbito da reprodução da economia.

El problema aquí, a diferencia de cómo lo entiende Fraser, es que las luchas para transformar el campo social de la sexualidad no sólo no se convierten en centrales para la economía política hasta el punto de poder ser relacionadas directamente con la cuestión del

---

14 RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis*. In: **Alteridade e multiculturalismo**/Org. Antônio Sidekum. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p.117

15 BUTLER, Judith. *El marxismo y lo meramente cultural*. In: *New Left Review* N° 2 Mayo-Junio, 2000. 109-121, p. 113.

16 FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista*. In: *cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

trabajo no remunerado y explotado, sino, además, hasta el punto de no poder ser entendidas, si no si amplía la esfera ‘económica’ para incluir tanto la reproducción de mercancías, como la reproducción social de las personas (...) esfuerzo por comprender cómo la reproducción de las personas y la regulación social de la sexualidad forman parte del mismo proceso de producción y, por lo tanto, de la ‘concepción materialista’ de la economía política

Esta mesma indagação do que é infra e superestrutural é trazida por Kergoat quando, defendendo sua forma de entender as relações sociais, afirma que:

Essa análise vai contra a idéia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem (p 99)

Neste sentido, compartilhando da noção de Quijano de que existem eixos de poder que determinam a ordem do capital, incluindo, mas indo além do eixo capital-trabalho e se apropriando do conceito de consubstancialidade de muitas feministas classistas (neste artigo apoiando-se, especialmente, em Daniele Kergoat e Helena Hirata<sup>17</sup>), vamos tecendo nosso posicionamento diante do temor à fragmentação das lutas (e atomização da leitura da realidade) e da preocupação com um discurso/prática marxista ortodoxo, pautado em uma concepção de universalidade em si excludente.

As duas autoras citadas no parágrafo acima também partem das inquietações acerca do entrecruzamento das dimensões de exploração/opressão para explicar as relações de poder na sociedade capitalista, porém criticam a noção de interseccionalidade pela infinidade de possíveis elementos de dominação que se apresentam como fatores de fragmentação das práticas sociais passíveis de, em último grau, contribuir na reprodução das instâncias violentas de poder.

O conceito de interseccionalidade e, de maneira geral, a idéia de intersecção, dificulta pensar uma relação de dominação móvel e historicamente determinada [...]. Em outros termos, a interseccionalidade é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas.”<sup>18</sup>

Desta maneira, assim como Quijano, Daniele Kergoat e Helena Hirata reivindicam que se reconheça as dimensões raça/classe/gênero - sem hierarquizações e não deixando a segundo plano a categoria “classe” – como essenciais para se verificar historicamente as relações sociais fundamentais.

Neste trabalho, tendemos a nos orientar de acordo com tal posicionamento, porém, com a inquietação de aprofundar a afirmação de Judith Butler acerca da importância da dimensão da sexualidade (a heterossexualidade compulsória) na reprodução da ordem do capital, bem como desbiologizar (desnaturalizar) o sexo ainda sustentado no discurso binário (homem- mulher, pênis-vagina) das feministas classistas mais tradicionais.

### **Por dentro da trama: exemplos da consubstancialidade das dominações**

A trama formada pela sobreposição das opressões deslinda uma face ainda mais eficiente (e perversa) das combinação das formas de opressão. Aqui, trabalharemos casos concretos que buscam exemplificar a materialidade do conceito de consubstancialidade que marca a vida de milhares de pessoas.

Um primeiro e notório caso de conjugação de opressão e discriminação encontra-se na

---

17 Referências: KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Revista Novos Estudos, N. 86, Março de 2010. & HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Junho de 2014.

18 Dorlin, Elsa. “De l’usage épistémologique et politique des catégories de ‘sexe’ et de ‘race’ dans les études sur le genre”. Cahiers du Genre, 2005, no 39, pp. 83- 105, pp. 92- 93. apud Kergoat



indústria do *call center*. Ruy Braga (2013) analisa, dentre outros, a categoria símbolo da precarização do trabalho no Brasil e no mundo. A indústria do *Call Center* materializa hoje um elo entre o pós-fordismo e o neoliberalismo, pois: é grande porém leve; ocupa pouco espaço relativamente ao número de trabalhadores empregados (eram 1,4 em 2012 e hoje são 2 milhões em todo no Brasil)<sup>19</sup>; o capital é centralizado e financeirizado; faz uso intensivo de tecnologias informacionais; funciona baseado em mão de obra pouco desqualificada e iniciante, logo, barata, ao passo em que dispensa mão de obra qualificada, essa que prevalece na indústria pós-fordista.

Outra característica importante da indústria do *Call Center* são os alarmantes índices de adoecimento no trabalho. De acordo com a investigação, nada menos que 62% dos entrevistados apontaram o comprometimento com a saúde<sup>20</sup>. Sendo que as mulheres encontram-se acentuadamente mais expostas ao processo de adoecimento do que os homens<sup>21</sup>. Considerando-se ainda que o salário dos brasileiros (de 3.415 a 484 dólares anuais), estão entre os mais baixos do mundo, superando apenas os salários dos trabalhadores indianos.

No que diz respeito ao perfil dos teleoperadores, são, em sua maioria jovens, mulheres e afrodescendentes. É muito comum encontrarmos entre os teleoperadores brasileiros inúmeros trabalhadores portadores de necessidades especiais, além de um expressivo contingente formado por gays, lésbicas, travestis, transsexuais e transgêneros (GLBTTs). Trabalhadoras não brancas com idade em torno de 25 anos, mães solteiras etc. Segundo Ruy Braga, a indústria do *call center* “transformou-se em uma espécie de 'refúgio' para aqueles setores do precariado urbano mais discriminados no mercado de trabalho” (2013, p. 199).

Joseli Silva (2010) nos proporciona outro exemplo de como as dimensões gênero, sexo, classe e nacionalidade podem se inter-relacionar por intermédio de um estudo sobre as prostitutas brasileiras residentes ilegalmente na Espanha. Em sua investigação, a autora transcorre ruas, praças, boites e outros lugares onde costuma se desenvolver a prática da prostituição. Conhece diversas prostitutas brasileiras, travestis e seus clientes. Pôde conversar com algumas delas e vivenciar seu cotidiano, como um corpo brasileiro naquele espaço (com toda construção social que há em torno disso), chegou mesmo a ser confundida com uma prostituta, fato que transparece uma particularidade daquele lugar, afinal, em outros espaços esse “constrangimento” pela qual passou a pesquisadora brasileira provavelmente não ocorreria. Esse acontecimento revelou alguns elementos importantes que queremos chamar a atenção, qual seja, a ideia de territórios como particularidade, a multiplicidade de relações de poder que se estabelecem no interior do mesmo, a necessidade de se afinar a percepção territorial dos pesquisadores, sobretudo, no que diz às relações socioespaciais de poder historicamente invisibilizadas na ciência Geográfica.

Ainda seguindo a investigação de Joseli Silva, outro exemplo que desvela um pouco da complexa trama das relações sociais vistas como construções sociais está na seguinte passagem, em que há uma “inversão”, mesmo que temporária, da relação de dominação de gênero estabelecida no “clube X”, visitada pela investigadora:

Chamava-me a atenção para a postura tímida de vários homens ao serem abordados pelas prostitutas. Alguns chegam a desviar o olhar, baixando a cabeça na primeira abordagem e só depois de algum tempo o contato visual e corporal se estabelecia. /.../ nesse tipo de encontro a prostituta coloca em xeque dois valores fundamentais da masculinidade: a capacidade financeira do homem em pagar pelo programa desejado e a qualidade de seu desempenho sexual.

Silva conclui que “a configuração de gênero tradicionais entre mulher submissa e homem dominador, /.../ são ali desestabilizadas”. Entrementes, como era de se esperar, segundo o relato da pesquisadora, em poucos minutos as coisas voltam ao normal, após o primeiro contato, o cliente homem ganha mais confiança e a relação de opressão se reestabelece. Além dessa percepção, outro

---

19 Informação disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/call-center-trabalhadores-por-um-fio/> e <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/10/telemarketing-emprega-14-milhao-no-pais-veja-como-e-o-trabalho-no-setor.html> respectivamente.

20 Por outro lado, “56% associaram o trabalho do teleoperador a valores positivos”. p. 190

21 Cf. NOGUEIRA, Cláudia. As trabalhadoras do telemarketing na nova divisão sexual do trabalho? Apud Braga, Ruy.

destaque poderia ser dado para a relação de classe hegemônica no território da prostituição, que é a relação que se dá entre as prostitutas e a prática da cafetinagem, não explorada pela pesquisadora.

Dentre os relatos de Joseli Silva, outro que me chamou a atenção foi o do contato com uma travesti que ela denominou de Andrômeda, logo no início a apresentação de Andrômeda “a travesti brasileira estava com as costelas machucadas por uma agressão policial” e segue “Me aproximei dela e perguntei se ela estava melhor e ela estava furiosa. Um homem 'marroquino' havia lhe ofendido e jogado lixo sobre ela.” (p. 49). Nem mesmo o mundo da prostituição escapa das hierarquias e estratificações de classe, é sabido que as travestis são a categoria menos bem remunerada e mais oprimidas que as prostitutas mulheres e michês. Andrômeda diferente das demais prostitutas investigadas, buscava seus clientes na rua, enquanto que as prostitutas mulheres trabalhavam em boites ou atendiam em local próprio.

Um terceiro exemplo da consubstancialidade das dimensões da exploração pode ser apresentado pelos números em torno do trabalho doméstico no Brasil. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, “População Ocupada em Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2012”; havia, em 2012, no Brasil, 6.480.123 trabalhadores domésticos, dos quais, 2.638.763 ou 36,55% de declararam homens e 4.111.379 pessoas, ou 63,45%, se declararam mulheres. Dos que se declararam homens, 201.150, ou 40,12% também se declararam brancos e outros 300.197, ou 59,87 se declararam negros. Das que mulheres, 2.167.613, ou 36,25 se declararam brancas e outras 3.811.182, ou 63,74% se declararam negras.

Aqui claramente estão imbricados, fruto de uma larga determinação histórica, pelo menos três dimensões consubstancializadas, quais seja, mas dimensões de gênero, classe e raça. Não é necessário fazer aqui um debate sobre o caráter privado do emprego doméstico e o papel histórico relegado a estas, portanto, não é de se estranhar que a grande maioria dos trabalhadores domésticos serem mulheres, com 63,45% e que dessa, 63,74% se auto-declararem negras. A trama fica mais complexa quando percebemos que o trabalho doméstico, não por acaso associado às mulheres negras é pouco valorizado, determinando um outro recorte, dessa vez o de classe.

Os dados disponíveis sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho apontam para uma pior situação de negros e mulheres em praticamente todos os indicadores analisados. Expressam, ainda, a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras, e que faz com que estas, vítimas do racismo e do sexismo, encontrem-se concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho.<sup>22</sup>

Hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003), é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos.<sup>23</sup>

Ainda de acordo com a pesquisa, percebe-se ainda que o percentual de negras empregadas no trabalho doméstico é sempre superior à média nacional, enquanto o de brancas é sempre inferior. Ora, se as mulheres negras têm mais dificuldades para adentrar ao mercado de trabalho, conforme destacou a pesquisa do Instituto, o que justifica que nessa categoria em particular - as mulheres

---

22 BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Brasil – retrato das desigualdades: Gênero e Raça.** S/D, pág. 16. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

23 Ibidem, pág. 3.

negras - sejam maioria, 63,74% e apenas 36,25% se declarem brancas?<sup>24</sup> Além de sofrerem opressões de gênero, as mulheres negras acumulam os piores postos de trabalho, são mais precarizadas (mesmo ocupando o mesmos emprego), e têm menos acesso aos serviços de saúde e educação que as mulheres brancas, conforme os dados acima mencionados.

### **Conclusão: Por uma totalidade dialética: autonomia e diálogo das lutas identitárias e de classes**

Todos esses elementos, algumas ponderações são levantadas para que se conclua que a identidade de classe não esgota as possibilidades de explicar de modo pleno ou absoluto a complexidade e as contradições da problemática social atual, o que não significa que ela não continue sendo essencial, como bem explicita Bartolomé Ruiz abaixo:

isso não quer dizer que a consciência de classe não constitua sempre um referencial vivo que interfere de forma ativa na diversidade das identidades contemporâneas e que implica na prática dos diversos grupos sociais hoje existentes. Existe, porém, uma grande diferença entre interferir de forma ativa e até decisiva na formação das identidades e das práticas e pretender ser seu único referencial absoluto<sup>25</sup>.

Estes múltiplos eixos de poder precisam ser compreendidos separadamente, em suas especificidades, justamente para que se constate sua mutualidade e a imprescindibilidade de uma análise e compreensão conjunta. Eles se imbricam, se inter-relacionam e somente o enfrentamento dessa totalidade heterogênea nos permitirá sua transcendência.

Neste sentido, Audre Lorde conclui com a inquietante passagem acerca da unidade nas diferenças:

Pero nuestra supervivencia futura depende de nuestra capacidad para relacionarnos en un plano de igualdad. Si las mujeres deseamos lograr un cambio social que no se quede en los aspectos meramente superficiales, habremos de arrancar de raíz los modelos de opresión que hemos interiorizado. Debemos reconocer las diferencias que nos distinguen de otras mujeres que son nuestras iguales, ni inferiores nin superiores.

Este seria o enorme desafio da construção efetiva da consubstancialidade na prática dos movimentos contra as opressões, percebendo-se conjuntamente como forças de uma mesma luta anticapitalista, como nos ensina Quijano (2005, p. 372):

De todos modos, ningún proceso de clasificación social, de subjectificación de las gentes frente al capitalismo, podrá ser suficientemente seguro para reproducirse y sostenerse por el período necesario para llevar a las victimas de la explotación/dominación capitalista a su liberación, si desde la perspectiva inmediata de las gentes concretas implicadas, esas três instancias son percebidas y manejadas de modo separado o peor em conflito.

### **Bibliografia**

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheiras e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro*. A origem do mito da modernidade. São Paulo: Vozes, 1993.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Journal of world-systems research, vi, 2, summer/fall 2000.

QUIJANO, Anibal. **Dom Quixote e os moinhos da América Latina**. Estudos Avançados, revista do IEA/USP, v.19 (55), 2005. Dossiê América Latina.

---

24 Importante destacar que tendo em vista o racismo social e a metodologia da pesquisa, cuja classificação de raça se ocorre por auto-determinação, imagina-se que este dado seja subestimado, tendo em vista que muitas mulheres e homens negros podem ter se auto-declarado brancos e brancas.

25 RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis*. 145.

- RUIZ, Castor M.M. Bartolomé. *O (ab)uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis*. In: **Alteridade e multiculturalismo**/Org. Antônio Sidekum. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- BUTLER, Judith. *El marxismo y lo meramente cultural*. In: *New Left Review* N° 2 Mayo-Junio, 2000.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista*. In: *cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado. Boitempo** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SILVIA, Joseli M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades**: desafios às práticas investigativas da Ciência Geográfica. *Revista Espaço e Cultura*, UERJ, N. 27, p. 39-55, 2010.
- LORDE, Audre. **La hermana, la extranjera**. Artículos y conferencias. Madrid: JC Producción Gráfica, 2003.
- CANCLINI, Nestor G. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Junho de 2014.
- KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. *Revista Novos Estudos*, N. 86, Março de 2010.

### **Referências na internet**

- <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/call-center-trabalhadores-por-um-fio/>
- <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/10/telemarketing-emprega-14-milhao-no-pais-veja-como-e-o-trabalho-no-setor.html>
- <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>